



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Ivoneide Jesus
Organizadoras: Diná Andrade Lima Ramos
 Denise de Alcantara Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0835-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

PROJETO EDITORIAL

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

Realização



Apoio



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrandos e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestra Thássia Andryna Silva de Paula, Mestra Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e

docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferação e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclo do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o conseqüente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

funditários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL¹, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

¹ Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcantara Pereira

SUMÁRIO

PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO 1..... 1

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

CAPÍTULO 2..... 20


DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco


Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

CAPÍTULO 3..... 45

O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>


PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

CAPÍTULO 4..... 72

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi


Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

CAPÍTULO 5..... 97

SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>

CAPÍTULO 6..... 116

DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt


Javier Walter Ghibaoudi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

CAPÍTULO 7..... 135

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 8..... 150

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>


CAPÍTULO 9..... 167

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>


CAPÍTULO 10..... 177

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

CAPÍTULO 11..... 203

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima

Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 12.....213

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA
BAIXADA FLUMINENSE


Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

CAPÍTULO 13.....228

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E
(DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

CAPÍTULO 14.....249

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS
COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19
NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

CAPÍTULO 15.....261

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

POSFÁCIO268

SOBRE OS/AS AUTORES/AS275

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA- EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Data de aceite: 02/05/2022

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas com formação em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Bacharel em Administração Pública

Lamounier Erthal Villela

Economista, Mestre em Planejamento Energético, Doutor em Economia Aplicada, Pós-doutor em Administração Pública. Professor Associado do Departamento de Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - DECE/ICSA/UFRRJ, do PPGCTIA/UFRRJ e PPGDT/UFRRJ. Coordenador do PEPEDT/UFRRJ e do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande - Colegiado BIG

Daniel Neto Francisco

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA), área de concentração em Políticas Públicas Comparadas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas/UFRRJ. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda

Patrick Gomes de Oliveira

Graduando do curso de Ciências Econômicas do ICSA/UFRRJ

1 | INTRODUÇÃO

Os processos de desenvolvimento sustentável nos dias atuais demandam cada vez mais as ações em conjunto das esferas de poder. Assim, para que esse processo possa convergir numa sinergia, as instituições públicas, a inserção do mercado e uma atuação organizada da sociedade civil precisam estar alinhadas a um interesse comum. Nesse caso, mesmo onde as localidades se distanciam das ações mais específicas das políticas públicas federais de desenvolvimento territorial, é possível que dentro desse contexto os territórios possam se desenvolver. E ainda que percebendo um distanciamento da realidade, a abertura à participação cidadã e modelos colaborativos de gestão permitiram, em teoria, que as ações públicas não partissem mais de cima para baixo, ou seja, permitiu que uma determinada localidade se desenvolvesse de forma mais descentralizada e assim obter crescimento e melhoria na qualidade de vida da população. A perspectiva do desenvolvimento sustentável considerando uma atuação da sociedade civil, articulada à uma gestão social junto a um mercado visando não só crescimento econômico, mas também na qualidade de vida, altera toda a dinâmica do progresso que tem ocorrido até os dias atuais.

Nesse contexto surgem os Arranjos Produtivos Locais, que segundo Villela et al

Artigo apresentado no XVIII ENANPUR

(2013), são aglomerações empresariais que têm uma forte atuação da sociedade civil, permitindo que surjam novas estruturas de organização e até instituições que juntas podem atuar no desenvolvimento territorial local. Esse entendimento nos permite analisar numa determinada localidade, então, como a sociedade civil através da participação social, as intuições através das dinâmicas dos atores políticos e as organizações produtivas através de suas associações, cooperativas, entre outros, estão se articulando para promover o desenvolvimento tendo em vista que essa atuação sinérgica é fundamental para o presente estudo.

Após o exposto, cabe apresentar o objetivo principal do artigo, que se consiste em analisar as experiências ocorridas no ano de 2015 com o Pró-Integração, pela Capes, sendo a coordenação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) nas localidades de Los Lagos, no Chile, Imbabura, no Equador, e experiências elaboradas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) onde estão situados municípios que compõem o território da Baía da Ilha Grande (BIG) tendo em vista entender como se dá esse processo de desenvolvimento endógeno e assim incitar uma reflexão de como as localidades podem se desenvolver utilizando meios, formas e instrumentos viáveis para serem implementados. Percebendo que quanto maior for a participação social dentro dos processos de desenvolvimento local, maior é a capacidade de inclusão cidadã nos processos de desenvolvimento local. É importante ressaltar que focaremos na produção de mel, em Los Lagos; na produção têxtil, em Imbabura; e na agricultura familiar e turismo, na BIG. Isso pelo fato do objeto de estudo fomentar a reflexão sobre o desenvolvimento territorial sustentável. Não significa que nos territórios estudados não se possa identificar outras cadeias produtivas, porém, podem acabar sendo contraditórias ao nosso estudo, principalmente ao analisarmos o território da Baía da Ilha Grande.

Sendo assim, o estudo inicialmente, após a introdução, avança para os aspectos teóricos que estão fundamentados no conceito de gestão e controle social, redes e APL e sustentabilidade. Depois vem a parte metodológica que se utiliza de indicadores e critérios de análises para propor o estudo comparativo entre as regiões. Para depois entrarmos na análise dos resultados, entendendo como funciona a dinâmica do desenvolvimento territorial sustentável nessas localidades. Por fim, trazer o resultado da análise comparativa nas considerações finais.

2 | ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Gestão e Controle Social

Após a década de 90, época em que o Brasil passou pelo período de redemocratização

com a Constituição Cidadã, as formas e meios da sociedade civil participar das decisões públicas se ampliaram. Houve uma descentralização da administração pública e a participação social ficou em evidência no cenário político brasileiro. Nesse contexto, o conceito de gestão social reforça a ideia de uma gestão mais participativa, que objetiva reduzir a pobreza e ainda possibilita políticas mais voltadas à sociedade.

Se para Bordenave (1994), a participação é tida como uma necessidade humana, pois em algum momento todos irão querer participar, sejam em sua família, bairro, política ou trabalho, é preciso que haja tanto uma gestão que assegure a participação, como também em que possam ser discutidas as demandas e os interesses em comum. Nesse caso temos a gestão social.

A gestão social promove uma ação dialógica, orientada ao interesse bem compreendido, como denota Cançado, Pereira e Tenório (2013). Sob tal prisma a dinâmica dos agentes territoriais está diretamente ligada à promoção de espaços deliberativos hierárquicos, descentralizados e capazes de convergir em espaços de igualdade participativa e com simetrias de informações. Como observa Fischer (2011) a composição destes espaços territoriais é complexa e envolve uma ampla gama de desafios. E acabam por exigir a ampla convergência de diferentes profissionais e setores sociais (redes sociotécnicas, poderes públicos, organizações e movimentos sociais, representantes de empresas locais, entre outros).

Tal convergência deve ser plural e promover as instituições do território a um modelo de gestão baseado na governança local, e, na promoção dos instrumentos de controle social. Siraque (2009) define o controle social como a capacidade de ações da sociedade civil depois dos atos da administração pública já terem sido efetuados. Entretanto, o controle social em seu aspecto mais amplo, deve ser capaz de dar autonomia à sociedade civil. Para que esta execute ações de controle dos atos públicos não apenas no processo de avaliação das políticas públicas, mas, também, nas etapas e espaços de discussão e formulação da agenda pública.

Dessa forma, a participação social ganha notória relevância, pois tem o objetivo de estabelecer uma intervenção, seja ela individual ou coletiva, fundamentadas em rede de interação entre as pessoas, grupos e instituições com o Estado. A participação social parte de uma atuação ativa, onde o protagonismo das ações fica responsável pela sociedade civil organizada que busca por mudanças, direitos e cidadania (Milani, 2008).

2.2 Redes e APL

No panorama das configurações de redes produtivas, notabilizam-se os aglomerados sociais como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que servem de mecanismo à organização territorial no âmbito da produção local. Esses arranjos são formados por redes conectadas que, além de integrar parte da sociedade local, contribuem para o desenvolvimento do território.

Castels (2007, p.119) considera como rede “toda a produtividade gerada e sua concorrência sendo feita em escala global de interação entre redes empresariais.” Ainda na visão do autor, as redes podem ser consideradas ilimitadas, integrando novos participantes, desde que interajam dentro da própria rede e estabeleçam a mesma forma de comunicação.

Já Malmegrin (2011, p. 16), considera que “as redes podem ser entendidas como conjunto de entes, no caso das organizações, com objetivos semelhantes e que atuam de forma integrada.” As redes, então, fazem parte das relações humanas e também do possível surgimento de arranjos produtivos que buscam interesse em comum.

Nesse contexto, os Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. (Lastres, 2004, p. 13).

Estudar os Arranjos Produtivos Locais, ou seja, as aglomerações empresariais especializadas pela ótica da participação dos atores locais, abre um espectro de lógicas subjacentes como a construção de redes de relacionamentos, de novas estruturas organizacionais e institucionais, de questões sobre o desenvolvimento local e territorial. (Vilella et al., 2018, p. 101).

Dessa maneira, os atores locais se unem e criam coligações a fim de intensificar os aparatos produtivos fortalecendo sua inteligência coletiva e suas redes sociais produtivas. Essas redes entram na lógica estratégica/capitalista de produção dentro do território (em todas as suas dimensões) e alteram as formas de organização e produção no global e no local.

Segundo Levy (1998, p.28), inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências.” Ainda na visão do autor, a inteligência coletiva busca uma valorização técnica das capacidades individuais, além de uma valorização econômica e jurídica.

As redes estabelecidas em um APL, são teias de relacionamentos; logo, compete à governança fortalecer essas teias e estabelecer a capacidade de discutir os problemas locais e soluções que visem o bem comum, e não apenas a de um dos poderes, como é a lógica estabelecida no planejamento estratégico, que soluciona o problema do mais competitivo em detrimento dos demais atores. (Vilella, 2018).

Dessa forma, o processo de planejamento e gestão da política de desenvolvimento territorial preconiza o local e requer um caráter deliberativo, para que seja possível a organização no tecido social do território. Os arranjos produtivos locais se definem através de conceitos como: aglomerações, territórios, atividade econômica e agentes econômicos.

2.3 Sustentabilidade

Devido ao conceito de sustentabilidade possuir uma gama de significados, o presente estudo propõe uma análise a partir da visão de Boff (2017), que diz:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas,

informativas, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2017, p.107).

Assim, as escolhas feitas em termos de política de desenvolvimento colocam em jogo o bem-estar não apenas dos indivíduos que estão inseridos dentro dos territórios, mas também de toda uma geração futura. A atitude das gerações presentes em termos de consumo, acumulação de capital (e em particular do capital humano e social) afeta diretamente o bem-estar das futuras gerações. Existe então um problema de equidade intergeracional. De fato, se as necessidades das gerações presentes são conhecidas, as das gerações futuras não são, e a necessidade de definir as regras para uma partilha justa do bem-estar é essencial. (FAUCHEUX, 1995).

Nesse sentido, pensar o desenvolvimento sustentável é considerar, segundo Sachs (2008) cinco pilares, que são: o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político. Ainda na visão do autor, o pilar social aparece com o intuito de possibilitar menos desigualdade dentro dos territórios; ao passo que o pilar ambiental visa corrigir o uso desregrado dos recursos naturais do passado; o pilar territorial está relacionado a distribuição das populações e atividades dentro dos territórios; o econômico atua na viabilidade das atividades produtivas dentro do território possibilitando também uma melhor qualidade de vida da população local; e por fim temos o pilar político que considera a governança democrática como um instrumento necessário do desenvolvimento sustentável.

Ao considerar todos os pilares ou dimensões do desenvolvimento sustentável, Sachs (2008) acredita que este modelo vai atuar primeiramente no gerenciamento das crises que visam um crescimento na mobilização dos recursos internos, ou seja, vai estimular as iniciativas locais num processo de desenvolvimento que seja ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Além de possibilitar a inclusão de todos os pilares no processo de desenvolvimento territorial sustentável.

A Tabela 1 a seguir foi ancorada e construída com base nos conceitos discutidos acima. Sendo assim, utiliza-se como critério de análise o aspecto da Gestão e Controle Social; Redes e APL e Sustentabilidade.

Critério 1: Gestão - Controle Social	Formas de Participação em Políticas Públicas
	Estruturas Institucionais de Controle Social
	Movimentos Sociais
	Órgãos de Controle do Estado
	Autonomia
	Acesso à Informação
	Diálogo/Processo de Discussão
	Bem comum
	Igualdade Participativa
	Pluralismo
Critério 2: Redes e APL	Saber Fazer Local/Competências
	Aglomeração
	Inovação
	Inteligência Coletiva
	Redes Conectadas
	Redes Sociais Produtivas
	Agentes Econômicos, Políticos e Sociais
	Coesão Social
	Coesão Territorial
Critério 3: Sustentabilidade	Inclusão Econômica
	Inclusão Social
	Inclusão Ambiental
	Inclusão Institucional
	Inclusão Tecnológica
	Inclusão Política

Tabela 1 - Critério de Análises

FONTE: Elaboração própria dos autores

3 | METODOLOGIA

O estudo tem como objetivo descrever as experiências aplicadas no projeto Pró-Integração, pela CAPES, onde foram feitas missões pela América Latina com o objetivo de identificar o processo de desenvolvimento territorial tendo como recorte as localidades do Equador, Chile e comparar com a experiência ocorrida no Brasil através dos territórios da Baía da Ilha Grande (BIG).

Pretende-se utilizar o estudo de caso múltiplos, que segundo Yin (2001), consiste na ideia de obter diversas informações em lugares diferentes, mas pela ótica de um mesmo fenômeno, que nesse caso é o processo de desenvolvimento territorial sustentável. O estudo, então, irá utilizar o mesmo critério de análise, porém, como dito, em territórios distintos. E assim obter informações e resultados numa escala global, que podem ser informações tiradas através de entrevista, exploração documental, visita à campo, entre outras formas que facilitam a análise do objeto de estudo. Em nosso caso, o objetivo é descrever as missões que ocorreram na província de Los Lagos, na província de Imbabura, e também a experiência que ocorreu dentro do BIG. Após isso obter uma análise comparativa entre essas experiências a fim de entender como diferentes estruturas socioeconômicas podem influenciar no processo de desenvolvimento territorial sustentável nessas diferentes localidades mencionadas.

A critério de organização, a parte metodológica está estruturada da seguinte forma: Primeiro foi realizada uma pesquisa documental com os relatórios do projeto Pró-Integração com o objetivo de explorar as experiências ocorridas na província de Los Lagos e Imbabura. Nessas experiências contou-se com professores da FGV, UFT e UFRRJ, que inclusive está presente como coautor do artigo e também de documentos e participação no Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande. A proposta foi analisar como se deu o processo de desenvolvimento dentro dos territórios, considerando os critérios de análise na Tabela 1.

A segunda etapa foi elaborada a partir dos conceitos teóricos, os critérios de análise elaborados para permitir a construção de estudos de casos múltiplos. Nesse sentido, os conceitos de gestão e controle social, de redes e APL e de sustentabilidade foram desdobrados e considerados como critério de análise.

A terceira etapa foi a obtenção de resultados a partir de análise documental e participativa obtidos pela diretiva dos critérios analíticos.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado desta análise consiste em identificar dentro dos territórios estudados todos os critérios propostos no referencial teórico e metodologia. O primeiro caso analisado é o de Los Lagos, no Chile, seguido pelo território de Imbabura, no Equador e, por fim, o território da Baía da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, Brasil.

4.1 Los Lagos

O projeto FIC – apícola contribui para o processo de desenvolvimento endógeno da região e sociedade de Los Lagos, e é efetivado como processo de “participação em políticas públicas” para um estímulo ao desenvolvimento social, territorial e também estimular uma competitividade no mercado. O conjunto produtivo, realizado através de aglomerações de produtores de mel, carrega em si, elementos socioeconômicos que

fomentam o desenvolvimento social. Em parceria com o Governo Regional de Los Lagos e com as Universidades, a transformação deste projeto resulta numa possibilidade de “controle social”, trazendo um envolvimento na tomada de decisão de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Entretanto, o projeto FIC - Apícola se efetua no fomento à competitividade no mercado.

A teia produtiva conta com organizações comunitárias para que seja possível uma “autonomia” social, ampliando as relações de produção e fortalecendo os laços criados, onde os atores sociais possam operar e realizar, efetivamente, seus conhecimentos produtivos locais. A organização produtiva e politicamente inclusiva constitui uma identidade territorial e social, identificada como cidadão participativo de atores da sociedade civil de Los Lagos. O projeto propõe, entre outros objetivos, gerar condições para a participação no direcionamento e controle das atividades e resultados sociais.

A sociedade civil atua junto ao Estado, assim garantindo um “pluralismo” e espaço para “diálogos”, o que amplia as “redes de informação e acessibilidade” à própria sociedade civil. Plural no âmbito deliberativo, pois o Estado e a sociedade civil participam em conjunto na produção apícola. A dificuldade dialógica no processo é a crise de confiança da sociedade civil, o que desloca as relações intermediárias entre o governo e as pessoas. Uma vez participativa, a sociedade criou laços e vínculos sociais que foram de suma importância para a coesão das formas aglomeradas na produção do mel.

Essas formas configuram o espaço local na realização de suas competências. A participação se encarna nos diferentes assuntos da sociedade civil, e na educação cívica, ela foi a chave para a existência de um compromisso individual e de que, juntos, objetivos que são realizados em torno do bem comum são alcançados. Aqui, o “bem comum” se traduz como identificação geográfica, no sentido receptivo do conceito. Em relação à “transparência”, na região de Los Lagos, se ressalta como um valor ético por parte dos indivíduos, o que vem a ser o mais próximo que a cidadania necessita através, por exemplo, das responsabilidades de contas públicas na esfera do vínculo entre o Estado e a cidadania. Tais características ampliam e realizam o “acesso à informação”, que é um dos pilares para que o Estado e a sociedade civil exerçam seu papel na democracia dentro de um território.

O “saber-fazer” local, o conhecimento prático passado no território, é realizado a partir dos fortes laços sociais que foram construídos na produção de mel (o modo do qual é produzido, o cuidado necessário, as técnicas que devem ser incorporadas). Observaram-se nesta localidade tecnologias utilizadas no desenvolvimento da produção apícola, nas inovações materiais e nos processos produtivos. Essas experiências de desenvolvimento acontecem em laboratórios de pesquisas na Universidade de Los Lagos. As ligações desenvolvidas são mais um método de mediação entre a sociedade civil, os produtores organizados e o Estado (através da Universidade). A união das ligações trouxe para Los Lagos melhorias na segurança, crescimento e inovação no setor produtivo, o que é refletido na capacidade de incluir, socialmente, as tecnologias desenvolvidas pelos laboratórios de

pesquisas na Universidade de Los Lagos.

O uso de tecnologias no setor apícola, levou a Los Lagos benefícios nos processos de produção e nos produtos finais. Em conjunto com as redes produtivas de mel, a Universidade de Los Lagos desenvolveu muitas tecnologias para o setor apícola, como os professores Emir Valencia e Sergio Gonzalez, que estão desenvolvendo novos produtos para valorizar a cadeia produtiva do mel e seus produtos finais, sendo eles o mel em pó, o mel orgânico, o verniz de própolis, o mel pasteurizado, a própolis e o pólen. O desenvolvimento de tecnologias produtivas do mel leva a um estímulo de tecnologias que, na medida em que são operadas, podem ser aplicadas em outras áreas produtivas.

Em Los Lagos, a produção de mel realizada a partir do resultado da estruturação de um saber-fazer, evidencia um incremento ao desenvolvimento social e territorial, aprimorando suas técnicas produtivas e estabelecendo coesão entre a sociedade civil e o Estado. O incentivo às tecnologias de produção de mel elucida o quão bem constituídas são as teias produtivas do tecido social. Os processos e etapas da produção de mel são bem definidos dentro do sistema, pois operam num determinado saber-fazer. É criada uma diversidade de produtos oriundos do mel, o que representa uma diversidade de conhecimentos dentro de uma mesma localidade e de um processo produtivo. Conhecimentos que, além de não se perderem, progredem e se acumulam ao longo do tempo, o que transforma esse conhecimento numa parte técnica do sistema de produção. Essa “inteligência coletiva” se mostrou coesa e bem arranjada, uma vez que, o conhecimento é difundido através dos laços sociais conectados, ampliando a diversidade dos produtos oriundos do mel.

Uma estrutura produtiva necessita de “redes conectadas”, que impulsionam o desenvolvimento e a coesão da própria estrutura. Em Los Lagos, os artesãos e os produtores de mel conservam suas redes de relacionamentos, de produção, sociais, etc. para fortalecer seus modelos de produção. É observado também, em Los Lagos, a presença de “coesão territorial” entrelaçado à produção de mel, o que reforça a importância da conectividade entre os produtores e o espaço onde estão inseridos, pois a sociedade civil precisa se sentir incluída no local, ou seja, é importante que a população exerça sua territorialidade para assim se sentir parte do espaço que ocupa.

O projeto da FIC - Apícola, denominado: “Innovación para el Desarrollo del Emprendimiento en Personas con Discapacidad de la Región de Los Lagos” leva oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, fazendo que os artesãos deficientes sejam valorizados e tenham seus trabalhos reconhecidos e fomentando a “coesão social”, um fator representativo no desenvolvimento local que, na região de Los Lagos, se mostrou enfraquecida. As organizações comunitárias auxiliam na manutenção da coesão social, à maneira que se exerce a autonomia. O interesse chega ao Governo Regional, pois a geração de emprego é importante tanto para o desenvolvimento como para o crescimento econômico. A participação dos “agentes econômicos, sociais e políticos” na Malha Sócio-Produtora (forma abstrata do modo de produção acrescido do tecido social) transfigura o

caráter mercadológico em um caráter mais social, articulador e democrático.

Los Lagos possui, ainda, capacidade de integração política e social dos atores envolvidos, através dos “Arranjos Produtivos Locais”, o que mantém a união entre a sociedade civil e o território.

A região possui um alto valor agregado ao seu mel porque a apicultura tem forte influência no setor produtivo, o que se traduz num processo de inclusão econômica e valorização de seu produto. O mel é consumido na própria região ou vendido para outras, que faz com que se conectem à produção local, o consumidor e o participante da sociedade civil. O interesse econômico se mostrou eficaz porque, no que tange a inclusão social, ele efetua a geração de emprego e renda. Ainda no âmbito da inclusão social, o projeto FIC valoriza e integra, na produção manual, artesãos com deficiências. Tal medida acaba por promover as diversidades no setor produtivo e social, além de dar autonomia individual aos artesãos, o que sustenta e fortalece os laços sociais, produtivos e locais do projeto FIC, levando à uma inclusão política no que alcança a identificação do indivíduo como ator da sociedade civil. Quando um cidadão se identifica como parte daquele local, o processo de participação dentro do território tende a aumentar, assim, propiciando uma elevação nos critérios de controle social.

Em relação à inclusão institucional, embora a Universidade de Los Lagos pesquise inovações e técnicas ao projeto FIC para um melhor desenvolvimento produtivo, é o próprio projeto que financia os equipamentos, o que demonstra fraca inclusão do Estado no custeamento desses equipamentos. Quanto à inclusão tecnológica, a expansão de novas tecnologias produtivas tem sido efetiva, devido às pesquisas e inovações, assim, ampliando a possibilidade de novos produtos oriundos do mel serem introduzidos no mercado. O desenvolvimento e incremento de variedades oriundas da produção de mel (mel em pó, o mel orgânico, o verniz de própolis, o mel pasteurizado, a própolis e o pólen) integra os produtores do projeto à competitividade de mercado, enquanto amplia o consumo de mel aos atores da sociedade civil. O mel orgânico, por sua vez, possui uma característica indispensável ao âmbito da sustentabilidade, que é a produção orgânica. Produtos naturais, oriundos do cultivo puro do mel são a base para a construção de um arranjo produtivo local que se envolva com a inclusão ambiental.

4.2 Imbabura

No que se trata da “Gestão e Controle Social”, observa-se na província de Imbabura uma atuação bastante favorável tanto dos gestores públicos quanto da sociedade civil organizada. A começar pela “forma de participação em políticas públicas”, onde foi observado dentro do território o Centro de Formação Têxtil capaz de mobilizar a sociedade civil em se capacitar e buscar oportunidade de trabalho e melhoramento das suas competências, além dos órgãos públicos financiarem projetos que possam facilitar essa inserção cidadã nos processos econômicos e também sociais.

Foi observado “estruturas institucionais de controle social” bem desenhadas que dão suporte à população nos processos decisórios, que são os conselhos gestores. Estes possibilitam que a sociedade civil tenha mais “autonomia” quanto à participação nos processos políticos e atuação mais ativa dentro do território. Destaca-se os conselhos paroquiais e conselhos de bairros. Criou-se, por exemplo, a Assembleia Cantonal, um espaço institucionalizado onde ocorre a participação social de forma direta, seja para os setores organizados, seja para os setores não organizados. E ainda está presente a Confederação Nacional de Organizações e Comunidades (CONAE), que representa a comunidade indígena e outros povos presentes no território.

Esses espaços participativos auxiliam, por exemplo, na atuação da sociedade civil no orçamento participativo da região. Neste caso, qualquer planejamento orçamentário que seja feito pelo município, passa pelo consentimento e aprovação da população. Assim permitindo que os cidadãos obtenham um melhor “acesso à informação”, através das reuniões que acontecem de forma convencional. Esta iniciativa parte tanto do poder público local, como também da sociedade. Em Imbabura, segundo o relatório do Pró-Integração, há uma forte comunicação e “diálogo” entre as autoridades e a comunidade local.

Os conselhos ainda possuem a característica de abarcar o conjunto de povos tradicionais presentes no território, sejam os trabalhadores, os comerciantes, indígenas, entre outros. Um exemplo bastante significativo foi a atuação da sociedade civil na criação de uma empresa municipal de água potável. A população não concordava que a gestão da água fosse privatizada. Através de reivindicações, criou-se uma empresa no sentido misto, ou seja, a empresa atende ao mercado, porém, com um viés bastante social e participativo, pois é gerenciada pelo governo municipal.

As instituições públicas também oferecem suporte ao controle social. Destaca-se na Região de Imbabura as Federações Provinciais e as universidades capazes de proporcionar conhecimento e melhor desenvolvimento aos cidadãos equatorianos. Todas essas iniciativas por parte das instituições públicas, a iniciativa privada e também a sociedade civil resultam no “bem comum”, onde na região ocorre o baixo desemprego, baixa taxa de analfabetismo e também uma forte valorização das culturas tradicionais. Essa mobilização em conjunto resulta num “pluralismo” ativo, ou seja, tanto os atores políticos, atores das atividades produtivas e atores sociais contribuem com o desenvolvimento territorial, além de propiciar uma “igualdade participativa” devido às estruturas de participação serem horizontalizadas.

Quanto às “Redes e APL”, é observado no contexto de Imbabura uma sinergia entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local. Um forte contribuinte para essa relação são as “competências” individuais e específicas dessa localidade. Nesse sentido, a forte concentração da atividade têxtil e artesanal contribui para a formação de “aglomerações”, onde estão inseridas as atividades econômicas de produção têxtil.

A produção têxtil é um diferencial porque as pessoas aprendem o que é um tecido, seus tipos, o que é uma indústria têxtil, ou seja, elas são imersas nessa atividade produtiva,

assim valorizando esta atividade que é considerada uma forte atividade econômica da região. O centro de Desenvolvimento Produtivo, por exemplo, que está inserido nas instalações fabris, é onde ocorre os treinamentos, laboratório, desenvolvimento dos produtos que venham ser artesanatos, roupas, couro, entre outros produtos que fortalecem o surgimento de cluster produtivo, que também pode ser analisado pela ótica dos Arranjos Produtivos Locais.

Percebe-se, então, que as universidades presentes na região, junto ao centro produtivo contribuem para a “inovação” dessa atividade. Ao analisar a experiência ocorrida em Imbabura, nota-se que o território possui alta competência em confecções de roupas, produção de tecelagem em lã, tapeçarias, e outros produtos oriundos da produção têxtil.

Com esse ambiente propício ao desenvolvimento em redes, observa-se nesta região “ligações” bastante sólidas. Seja pelo caso da produção têxtil com a produção a lã, couro, roupas, como já foi citado, seja pelo conhecimento que os atores inseridos nesse processo de produção vão adquirindo ao longo do processo produtivo.

Existe nesta localidade a cidade do conhecimento, ela surgiu como forma do governo central de Imbabura proporcionar para a população foco em pesquisa, inovação e produção do conhecimento através das universidades presentes. Assim, os diversos povos que estão inseridos nessa localidade, cada um com sua competência específica pode contribuir nesse complexo produtivo, o que caracteriza uma “inteligência coletiva”, ou seja, os pescadores, os indígenas, os artesãos, juntos, colaboram cada um com sua competência específica no desenvolvimento dessas atividades de produção. Resultado dessa interação é a formação de “redes” que está presente no território de Imbabura. Seja a agricultura, a silvicultura, a pesca, a produção têxtil, ou outras atividades, todas contribuem para uma “cadeia produtiva”. Isso devido a toda matéria- prima resultar em produtos que são comerciáveis não só dentro da região, mas também que servem de produtos para exportação, o que movimenta a economia regional equatoriana.

É possível perceber que há uma “coesão territorial” em Imbabura por causa do aspecto físico da região, clima, ambiente e aspectos geográficos. Todos contribuem para que haja essa sinergia entre o território e a população. Além de possibilitar uma “coesão social”, pois juntos aos aspectos geográficos, a população por ser heterogênea, ou seja, possuir nações originárias, povos indígenas, e ambos terem boa capacidade de participação, como já foi visto, contribuem para a sinergia entre os indivíduos dessa localidade e o território.

Assim, quanto à capacidade de atuação em rede entre os atores dessa localidade, percebe-se que tanto os “agentes econômicos, sociais e políticos” estão atuando em conjunto para não só o crescimento econômico, mas também para o melhoramento da qualidade de vida e ainda uma maior valorização do território. Em outras palavras, o comércio é aberto e atrativo permitindo que os povos, com suas especificidades possam produzir; os atores políticos promovem políticas públicas de atuação integralizada; e a sociedade civil participa desse processo. Essa atuação em conjunto caracteriza a atuação

em rede na região de Imbabura.

Quanto ao critério de Sustentabilidade, nota-se um processo bastante inclusivo, principalmente ao nos depararmos com o conceito multidimensional de Sachs. A região de Imbabura, por todo o seu contexto, seja pelo aspecto geográfico, econômico, ambiental e social, possui aspectos bastante inclusivos quanto ao conceito de sustentabilidade.

A começar pela “inclusão econômica” onde as atividades produtivas possuem uma abertura não só do ponto de vista da produção de bens e serviços, mas também por entender que a diversidade de povos e nações originárias fazem parte desse processo de produção. Assim, a “inclusão social” é percebida, pois valoriza-se neste território a agricultura familiar, com a produção de milho, açúcar; e os artesãos, com a produção de lã e tecido.

Quando se trata da “inclusão ambiental”, a produção agrícola, por exemplo, é focada na produção orgânica, minimizando danos ambientais e também danos ao consumo. Quanto à “inclusão institucional”, percebe-se no território uma sinergia entre as universidades e poder público local na promoção de políticas públicas e ações com o objetivo de proporcionar o bem comum para a população. Nota-se que a sociedade se sente representada e possui uma identidade forte com o território atuando ativamente nos processos decisórios, ocasionando uma “inclusão social e política”. Por fim, quanto à questão da “inclusão tecnológica”, tem-se na localidade a Fábrica de Imbabura e a Cidade do Conhecimento que contribuem para a inovação tecnológica e melhor capacidade técnica da produção. A fábrica atua na inovação de bens e novas formas de produção quanto a Cidade do conhecimento atua na formação de profissionais qualificados que possam atuar também numa produção mais inovadora.

4.3 Baía da Ilha Grande

Ao analisar o critério: “Gestão e Controle Social” no âmbito da Baía da Ilha Grande (BIG), buscou-se identificar as formas de participação social em políticas públicas. E neste sentido, o território da BIG apresenta um histórico institucional de políticas públicas oriundas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Uma das ações do MDA no território, instituiu a formação do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande.

O Colegiado Territorial foi estruturado como uma instância de cunho deliberativo para articular os agentes sociais locais, e, promover a inclusão participativa nos processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas de cunho territorial. Desde maio de 2016 as políticas vêm sendo implementadas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Uma secretaria do governo federal, que está inserida na Casa Civil. Tal ruptura, desarticulou a institucionalidade das políticas territoriais promovidas pelo Governo Federal brasileiro, e ao mesmo tempo, deixou grande parte destas, sem a sua substancialidade territorial.

Neste sentido, também se identificou a organização das estruturas institucionais de controle social no território da BIG. E a principal instância de controle social na Baía

da Ilha Grande é o Colegiado Territorial da BIG, que teve sua origem com a formulação da política dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDETs). O NEDET buscou promover uma articulação entre: Universidade, instituições públicas (como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; e sociedade civil local, através das associações, cooperativas de produtores rurais ligados à agricultura familiar, representantes de populações tradicionais. E busca atuar: “por meio de projetos de extensão na assessoria aos Territórios da Cidadania” (MDA, 2018, p. 01). Apesar do fim da política dos NEDETs em 2016, a organização do Colegiado Territorial da BIG se manteve. A figura abaixo apresenta um esquema dos diferentes segmentos que compõem o Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande. (Fig. 1).

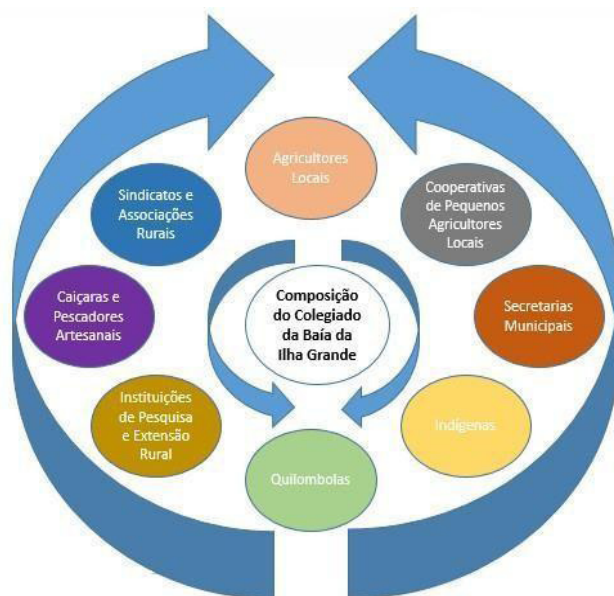


Figura 1 - Composição do Colegiado Territorial da BIG

Fonte: LPDT (2017).

A respeito dos movimentos sociais presentes no território da BIG, pode-se elucidar duas categorias principais: 1) os institucionalizados; e 2) os não institucionalizados.

Sobre os movimentos sociais institucionalizados, alguns movimentos locais podem ser elencados: o Movimento Sem Terra (MST), Sindicatos Rurais, Associações e Conselhos Comunitários, Associações de Pescadores (como a Associação de Pescadores da Ilha da Madeira).

Também se elucidam os movimentos sociais não institucionalizados. Como movimentos não institucionalizados, Sherer-Warren (2006) conceitua como aqueles movimentos que se organizam como coletivos informais, sem nenhuma ou pouca

capacidade de institucionalidade. Ou seja, de forma simplificada, não possuem registros ou atas, sedes institucionais, ou reconhecimento de funcionamento por órgãos públicos.

O “Movimento dos Caras de Cavalos”, em Itaguaí é uma exemplificação de movimento social não institucionalizado, pois foi a expressão da articulação de setores da sociedade civil que se mobilizaram para pressionar a Câmara dos Vereadores de Itaguaí pela cassação do então prefeito. Como denota Francisco (2016): “O mesmo estava sobre investigação por ter sido beneficiado pelos esquemas de desvios públicos e ter comprado um haras com o dinheiro desviado dos cofres do município” (Francisco, 2016, p. 147). Neste sentido, a mobilização do grupo se deu na própria Câmara Municipal, onde o grupo participava das plenárias da casa com máscaras de cavalos. Com o objetivo de cobrar o não arquivamento do processo pela Comissão Especial Processante.

Outro movimento social não institucionalizado, mas que também promoveu ações de controle social no território é o Movimento de Resistência da Ilha da Madeira. Promovido pela resistência de cerca de 30 moradores da comunidade da Vila do Engenho, que não aceitaram ser retirados de suas localidades devido à chegada do Porto Sudeste no município de Itaguaí. Este movimento social, acionou por diversas vezes órgãos de controle do judiciário, como Ministério Público Estadual (MP), com vista a garantir seus direitos à água, luz e contra desapropriação dos imóveis devido a construção do referido porto.

No que diz respeito aos órgãos de controle do Estado no território da BIG que promove ações de controle social, pode-se elencar alguns atores com atividades regulares, como: a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os Conselhos Comunitários de Itaguaí, e alguns Conselhos Municipais que se destacam por apresentar um tecido social dinâmico e com atividades de controle dos atos públicos. No caso dos conselhos municipais de políticas setoriais, pode-se destacar os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar de municípios como Mangaratiba e Paraty.

Outro agente de controle social local é a própria instância do Colegiado Territorial da BIG, que congrega diversas representações sociais dos municípios que fazem parte da Baía da Ilha Grande. Cabe destacar que algumas instâncias que deveriam ser ativas no controle dos atos públicos e no acompanhamento dos processos de implementação das políticas públicas no território, acabam não promovendo seus papéis. Buscou-se ainda, compreender como se dá o processo de “autonomia” no âmbito do território da BIG. Como denotam Villela et al. (2018), a autonomia está relacionada à equidade social diante dos espaços e processos de atuação participativa. Neste sentido, o Colegiado Territorial da BIG se apresenta com um espaço que promove a articulação de deliberações e ações de forma bastante simétrica entre: poder público (prefeituras), instituições de pesquisa e extensão rural, e sociedade civil (cidadãos).

Faz-se necessário destacar dois aspectos relativos à autonomia deliberativa no âmbito do Colegiado da BIG. O primeiro é que apesar do espaço de falar ser aberto, denota-se que grande parte das origens das proposições dos debates advém da articulação

promovida pelos componentes da UFRRJ. E também, de lideranças institucionais de alguns órgãos que compõem o colegiado, como: Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), o Parque do Cunhambebe, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias (EMBRAPA). O segundo é que no que diz respeito à autonomia da sociedade civil, as iniciativas de falas e proposições se manifestam, principalmente, de alguns mesmos sujeitos. Já como espaços de construção de falas coletivas do colegiado, dois grupos ganham destaque: o grupo de jovens, ligados ao “Projeto de Formação de Jovens em Agroecologia”, e as agricultoras de Mazombinha (Itaguaí- RJ).

O “acesso à informação” e a comunicação dos agentes locais, no caso da BIG, se dá fundamentalmente, por meio das reuniões do Colegiado Territorial. As reuniões ocorrem de forma itinerante, pelos municípios que compõem o território. Fato que busca promover um maior diálogo e capacidade de articulação do espaço deliberativo do Colegiado com os diferentes agentes que o compõem. As reuniões do Colegiado da BIG são realizadas periodicamente, quadrimestralmente ou trimestralmente, e em dias alternados da semana, para que possa atender o maior número de participantes possível.

A respeito da categoria “diálogo/processo de discussão”, a região da BIG apresenta espaços públicos consultivos e de controle social em diferentes institucionalidades. As reuniões do Colegiado Territorial, já citadas anteriormente; as reuniões dos Conselhos Comunitários de Itaguaí e dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Vale destacar que a promoção destes espaços de forma regular tende a articular nestes espaços para vozes de diferentes movimentos e organizações sociais. Uma característica relevante da esfera pública, no sentido de articular as ações e os interesses de diversos segmentos sociais.

No que diz respeito à categoria “Bem Comum”, pode-se destacar que as iniciativas em torno do Colegiado Territorial da BIG tem como foco a valorização das atividades e da cultura rural baseado na agricultura familiar, assim como dos aspectos identitários históricos que permeiam o território.

Outro ponto analisado foi a “igualdade participativa”. As estruturas participativas da BIG são horizontais. E apresentam esferas públicas dinâmicas com um tecido social bastante diverso e com canais de participação abertos à fala e à escuta.

Já no tocante a categoria “pluralismo”, buscou-se identificar a partir das experiências analisadas, quais são os agentes que participam dos espaços de gestão e controle social já citados anteriormente. A respeito do caso da Baía da Ilha Grande, nota-se que as composições dos espaços deliberativos do território, de maneira geral, apresentam um alto grau de pluralidade.

Buscou-se, ainda, analisar os elementos que configuram as “redes e os arranjos produtivos locais” no âmbito da BIG. De acordo com este segundo critério analítico, foram subdivididas as seguintes categorias de análise: 1) Saber Fazer Local/Competências, 2) Aglomerações, 3) Inovações, 4) Inteligência Coletiva, 5) Redes Conectadas, 6) Cadeias

Produtivas, 7) Agentes Econômicos, Políticos e Sociais, 8) Coesão Social, e, 9) Coesão Territorial.

O “saber fazer local” está diretamente associado às competências que o território em questão possui. No caso BIG, foram identificadas algumas capacidades próprias do território ligadas às questões: da agricultura (inclusive orgânica/agroecológica) e do processamento destes produtos.

As principais “aglomerações” identificadas na região da BIG foram: produção de bananas e produção de cachaça. Os municípios do território em questão são fortes produtores de bananas, inclusive de bananas orgânicas. E também apresentam forte articulação entre a produção do produto e canais de beneficiamento, um exemplo é a Agroindústria Pacová, do município de Paraty. Outros canais de beneficiamento e distribuição de bananas são identificados, como por exemplo: na Feira de produtos orgânicos da UFRRJ e, nos canais de venda de cestas das agricultoras de Mazombinha.

Outra aglomeração produtiva presente na BIG está ligada à produção de cachaça. Esta aglomeração é identificada com laços mais fortes no município de Paraty. Onde diversos produtores locais possuem um histórico de produção e comercialização do produto, inclusive, buscando a construção de uma marca com identidade original. No ano de 2007 a cachaça local passou a ser identificada pelo selo de Indicação de Procedência (INPI, 2016). Alambiques tradicionais do município, como a Cachaça Maria Izabel remontam à história colonial brasileira, e as formas de produção tradicionais da cultura caiçara local. Inclusive, todo o circuito em torno da comercialização do produto ganhou maior evidência com a construção do “Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty”.

Outra categoria analisada são os processos de “inovação” e as instituições que promovem uma articulação com as ações inovativas no território. A respeito da BIG, foram identificadas instituições como: a EMBRAPA, a UFRRJ, a EMATER e o ITERJ. A inovação na BIG foi identificada na produção de alimentos (como o coco, a banana, legumes e verduras). Além de perceber uma rede sócio técnica e a transferência de tecnologias entre as aglomerações e circuitos produtivos apresentados anteriormente.

Com relação à “inteligência coletiva” na BIG, observa-se uma ampla gama de culturas e produtos relacionados aos saberes tradicionais locais. As comunidades tradicionais no âmbito da BIG (quilombolas, indígenas e caiçaras) apresentam artesanatos e produtos ligados aos seus saberes históricos: a pesca artesanal, a produção orgânica de banana e coco, a produção de cocadas e doces como comidas típicas tradicionais, são exemplos de elementos que remontam à uma inteligência socializada por estas comunidades.

Em relação às “redes conectadas”, nota-se que as políticas públicas de cunho territorial possuem um forte traço de integrar as redes produtivas no caso da BIG. As políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), por exemplo, articulam agricultores familiares locais com instituições públicas como escolas; o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). As feiras e circuitos de comercialização, como por meio de

cestas, também promovem redes entre os agricultores locais e os consumidores.

As “cadeias produtivas” estão diretamente associadas à produção de matérias primas do território. A respeito dos “agentes econômicos, políticos e sociais”, na BIG nota-se uma ampla gama de agentes territoriais, entre as instituições públicas: UFRRJ, EMBRAPA, ITERJ, PESAGRO e prefeituras e secretarias municipais. Já no espectro dos agentes de mercado, os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Destacam-se os arranjos deliberativos que se constituem como espaços institucionalizados não pertencentes ao mercado ou ao Estado, como o Colegiado Territorial da BIG e os próprios Conselhos Municipais de políticas setoriais, e os Conselhos Comunitários de Itaguaí.

Sobre a categoria “coesão social” o caso da BIG evidencia uma múltipla identidade de agentes e comunidades tradicionais locais. Em síntese, buscam a manutenção de seus espaços e comunidades tradicionais. No que tange a “coesão territorial”, entretanto, a BIG apresenta uma forte fragmentação territorial, promovida pelos megaempreendimentos, inseridos no território. Tais conflitos promovem uma forte cisão entre os segmentos da sociedade civil e as comunidades tradicionais e megaempreendimentos como o Porto de Itaguaí, o Porto Sudeste, e outros empreendimentos de grande porte. Como a Usina Nuclear, em Angra dos Reis, ou o Complexo Portuário da Ilha Guaíba, em Mangaratiba.

A respeito do critério sustentabilidade, foram analisadas seis categorias analíticas. A primeira delas, “inclusão econômica”, a BIG apresenta iniciativas de promoção de renda e inclusão econômica de comunidades tradicionais. Principalmente sobre os setores do turismo (em algumas localidades rural), e, na produção orgânica (banana, coco, verduras e legumes). Já sobre a “inclusão social” os desafios no território da Baía da Ilha Grande se encontram na promoção e desenvolvimento dos canais de produção e comercialização dos produtos locais. Além da necessidade de se intensificar os processos inclusivos junto às diferentes comunidades Quilombolas, Indígenas e de Pescadores Artesanais presentes no território.

A “inclusão ambiental” os conflitos socioambientais se fazem presente de forma intensa, não apenas nos espaços urbanos dos municípios, promovidos pelo crescimento urbano e falta de políticas dialógicas com a sociedade local. O caso da Ilha da Madeira, em Itaguaí, evidencia a fragilidade de promover ações de inclusão ambiental. A localidade vem sofrendo de fortes impactos ambientais históricos, desde o passivo ambiental da Ingá. Até as recentes transformações provocadas nos ecossistemas locais pelo aumento do transporte marítimo na região da Baía de Sepetiba.

Com relação à “inclusão institucional” na BIG, a presença das Universidades em parceria com a gestão pública local e com iniciativas populares em diferentes comunidades do território. A UFRRJ e a UFF desenvolvem ações de extensão e desenvolvimento local em diferentes localidades. As instituições técnicas e de extensão rural também apresentam um relevante papel de disseminação de formas de manejo, de produção orgânica e desenvolvimento rural. Embrapa e ITERJ são fortes exemplos desta ação.

Sobre a “inclusão tecnológica” na BIG, o protagonismo das tecnologias sociais e arranjos institucionais na produção local, sob a forma de cooperativas, associações rurais e locais e no desenvolvimento de aglomerações produtivas.

E por fim, a categoria de “inclusão política”, os espaços deliberativos como os conselhos comunitários, de políticas públicas setoriais e o colegiado territorial podem ser frisados como espaços de inclusão à participação. E, à promoção do controle social político pelos agentes da sociedade civil. Contudo, a principal dificuldade apresentada no caso da BIG é a falta de articulação das instituições dos poderes públicos municipais e estadual junto a estes espaços deliberativos promovidos pela sociedade civil local.

A seguir, apresentamos a tabela que norteou a análise dos resultados. (Tab. 2).

		Los Lagos	Imbabura	BIG
Critério 1: Gestão - Controle Social	Formas de Participação em Políticas Públicas	Projeto FIC	Centro de Formação Têxtil	MDA
	Estruturas Institucionais de Controle Social	Governo da região de Los Lagos e Universidades	Conselho Provincial	NEDET/Colegiado BIG
	Órgãos de Controle do Estado	Universidade do Chile; Universidad de Los Lagos; Ministério da Agricultura	Confederações Locais; Cidade do conhecimento	UFRRJ; Prefeituras
	Autonomia	Organizações comunitárias	Conselhos paroquiais; conselhos de bairros; federação indígena	Colegiado Territorial do BIG
	Acesso à Informação	Através dos conselhos	Através dos conselhos e da pressão popular	Através de reuniões do Colegiado e conselhos municipais
	Diálogo/Processo de Discussão	Crise de confiança da sociedade civil	Atuação em conjuntos dos povos tradicionais, trabalhadores e comércio.	Reunião do Colegiado; Conselhos de Políticas Públicas
	Bem Comum	Identificação geográfica; organização produtiva da sociedade civil	Baixo desemprego; baixa taxa de analfabetismo; valorização das culturas tradicionais	Valorização de atividades culturais com identidade à localidade
	Igualdade Participativa	Estrutura hierarquizada	Estruturas horizontais	Estruturas horizontais
	Pluralismo	Pouca participação da sociedade civil	Há uma mútua participação entre os atores locais	Pouca participação da sociedade civil

Critério 2: Redes e APL	Saber Fazer Local/ Competências	Apicultura; processamento	Atividades Artesanais; agricultura	Agricultura; processamento
	Aglomerção	Cadeia produtiva do mel	Produção têxtil	Produção de bananas; produção de cachaça;cocadeiras
	Inovação	Desenvolvimento e transferência de tecnologia	Fábrica de Imbabura; Universidades	EMBRAPA; EMATER; UFRRJ
	Inteligência Coletiva	Diversidades de produtos advindos da apicultura	Artesanato, produção têxtil	Produção de cocada; pesca; banana; alimentos orgânicos
	Redes Conectadas	Artesãos; produtores de mel;	Agricultura; Pesca; Silvicultura; comércio	PNAI; PAA; Feira Orgânica
	Cadeias Produtivas	Produção completa mel completa	Produção da matéria prima; artesanato	Produção de matéria prima
	Agentes Econômicos, Políticos e Sociais	Produtores de mel; FIC; artesãos e inclusão da sociedade civil	Comércio, sociedade civil com os povos tradicionais	APL; Instituições Públicas; Conselhos; NEDET
	Coesão Social	Pouca participação nos processos decisórios	Boa participação nos processos decisórios	Pouca participação nos processos decisórios
	Coesão Territorial	Coesão do aspecto geográfico com a produção de mel	Sinergia entre território e sociedade civil	Conflito de megaempreendimentos com o território
	Inclusão Econômica	Forte agregação de valor ao mel	Abertura à atividades artesanais, bordados, tecelagem	Turismo rural; produção orgânica
Critério 3: Sustentabili- dade	Inclusão Social	Valorização de pessoas com deficiência na produção manual; geração de emprego e renda	Valorização da agricultura familiar (milho, açúcar)	Estimula-se a produção, resgate da identidade
	Inclusão Ambiental	Produção orgânica	Conscientização ambiental	Conflitos ambientais;
	Inclusão Institucional	Financiamento de equipamento e inovação fica a cargo do projeto	Interação das universidades, instituições públicas locais	Presença das universidades em parceria com a gestão pública
	Inclusão Tecnológica	Variedade na produção de mel. Mel orgânico; mel em pó; verniz de própolis;	Fábrica de Imbabura com produção têxtil, lã, tecelagem	Tecnologias sociais e formação em rede
	Inclusão Política	Identidade como cidadão; pouca participação	Forte atuação da sociedade civil nos processos políticos decisórios	Identidade da sociedade civil, porém os espaços participativos não corroboram com a inclusão política

Tabela 2 – Análise comparativa dos territórios escolhidos

Fonte: Elaboração própria

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as experiências dentro das localidades é possível perceber que o velho desafio está em atuar conjuntamente dentro do território. Imbabura, por exemplo, dá um passo à frente por estar bastante articulada entre as esferas de poder e ainda insere a sociedade civil nos processos de decisão. Ao passo que Los Lagos ainda caminha numa atuação em rede mais efetiva, considerando as atividades produtivas e também do ponto de vista da participação social. Já a BIG ainda caminha rumo a um processo de desenvolvimento endógeno e com uma forte atuação da sociedade civil. Mas percebe-se um esforço das instituições públicas locais em resgatar a identidade da região.

Ao analisar o critério: “Gestão e Controle Social” é relevante destacar os papéis das diferentes estruturas de controle social identificadas nos casos latino-americanos. Em Los Lagos e em Imbabura estas estruturas são apresentadas a partir de institucionalidades com fortes ligações com o poder público, a saber: a Universidade de Los Lagos, no Chile, e o Conselho Provincial, no Equador. No caso da Baía da Ilha Grande se destacam os espaços institucionalizados que se constituem como canais deliberativos entre o poder público e a sociedade civil organizada, tal como o Colegiado Territorial da BIG, conselhos municipais e conselhos comunitários.

As reuniões de espaços deliberativos, contudo, aparecem como o elemento comum onde os agentes territoriais promovem as articulações segundo a territorialidade definida em seus espaços construídos. Tanto nos casos do Chile, do Equador e do Brasil, a dinâmica de interação dos agentes locais é muito forte. E guardadas as suas especificidades, o acesso à informação é promovido nestes espaços. No tocante à igualdade participativa junto aos espaços deliberativos, em Los Lagos, foi identificada uma estrutura participativa mais hierarquizada, e com menor parcela e atuação da sociedade civil. Nos casos de Imbabura e BIG os processos participativos se apresentaram mais horizontais.

De maneira geral a perspectiva das ações locais em torno do bem comum no caso chileno estão ligadas diretamente à promoção de uma identidade geográfica e produtiva da região de Los Lagos. Enquanto, no caso equatoriano, as ações conjuntas se orientam à promoção da cultura local e a promoção de bons indicadores sociais como a baixa taxa de analfabetismo. De forma próxima, a BIG apresenta ações no sentido de fortalecer a cultura tradicional local, principalmente a agricultura familiar e atividades voltadas à agroecologia. E promovendo formas de resistência das comunidades tradicionais locais frente ao processo de desterritorialização local.

Considerando o aspecto das Redes e APLs, Imbabura apresenta um resultado caracterizado por uma coesão social, o que condiciona tanto o desenvolvimento social como o territorial. Porém, Los Lagos e BIG possuem, respectivamente, baixa e média participação social, o que enfraquece os laços do tecido social e produtivo.

A produção, em ambas regiões, é realizada em redes conectadas e cadeias

produtivas. Em Los Lagos, os produtores de mel e os artesãos locais mantêm fortes laços sociais. Do mesmo modo funciona a agricultura e a silvicultura em Imbabura e a feira orgânica da BIG. Para que haja redes conectadas é de suma importância a presença de aglomerações. Em Los Lagos, a aglomeração é incorporada na cadeia produtiva do mel; em Imbabura, nas fábricas e na produção têxtil; na BIG em produção de banana e cachaças. Tais aglomerações são altamente coesas e participativas.

No âmbito territorial, a coesão se apresenta de modo diferente nas regiões analisadas. Em Los Lagos, a coesão territorial está intimamente ligada com a produção de mel; em Imbabura, a coesão está na sinergia entre território e sociedade civil nos APLs da indústria têxtil de Otavalo/Imbabura e de produção agropecuária. Já na BIG ocorre um conflito entre os megaempreendimentos e a sustentabilidade da agricultura familiar, da agroindústria e dos APLs de turismo e de outros produtos locais (cachaça, bananas, cocadas, artesanatos, pesca, indústria naval).

Considerando o aspecto da sustentabilidade no que tange os três territórios, percebe-se que no critério da inclusão econômica, Los Lagos devido à produção comunitária de mel fortaleceu o processo de desenvolvimento endógeno, assim também favorecendo uma melhor inclusão social. Já Imbabura possui características diferentes devido a sua atividade de produção ser têxtil e artesanato. Porém, ocorre também uma valorização das atividades deste tipo de produção. O território da BIG, através de alguns municípios, como Paraty e Angra dos Reis, por possuírem características favoráveis ao turismo, é esta atividade que faz com que esses municípios possam se desenvolver. Porém, não é uma realidade da região como um todo. Então, tanto do ponto de vista da inclusão econômica, social e ambiental, destacam-se as iniciativas dos APLs anteriormente citados.

Ao observar a inclusão institucional nesse processo, Los Lagos conta com o financiamento de política pública no projeto FIC na obtenção de equipamentos e inovação. Pode-se elucidar uma atuação ativa das instituições públicas e privadas no processo de desenvolvimento de Los Lagos. Porém, ainda que haja essa interação dentro do projeto FIC, notou-se que Los Lagos carece de inclusão política, ou seja, essas instituições ainda caminham rumo a uma participação social mais efetiva. Imbabura tem um cenário bastante otimista quanto à relação institucional e política. Tanto as universidades quanto o poder público local corroboram com o desenvolvimento sustentável; auxiliam na produção do conhecimento e também há no território uma ativa participação da sociedade civil nas questões públicas. Já a BIG também conta com uma boa atuação das instituições públicas através do Colegiado da Baía da Ilha Grande com professores e discentes da UFRRJ contribuindo no resgate da identidade local do território e também estimulando a produção orgânica devido às características internas da região. Porém há uma baixa atuação da sociedade civil nos espaços participativos. Nesse sentido há uma desarticulação entre poder público e sociedade civil.

Por fim, a inclusão tecnológica que está bastante presente nos três casos estudados.

Em Los Lagos há um incentivo à inovação para a produção de diferentes produtos do mel. Tem-se na localidade o mel orgânico, o mel em pó, verniz de própolis, entre outros produtos que são consequências desta inclusão tecnológica no território. Em Imbabura foi observado que a Fábrica de Imbabura é quem atua no processo de inovação. Dentro desses espaços ocorre cursos, capacitações técnicas na produção têxtil e artesanal. Além da região contar com a cidade do conhecimento, que são as universidades atuando no processo de inovação e conhecimento para a população local. O caso da BIG é interessante, pois consta ao observar a experiência local uma tecnologia social, principalmente pela atuação do Colegiado, onde eles oferecem cursos, treinamento e executam diversos projetos que visam proporcionar para a população local uma mudança de impacto social, além de corroborar e fortalecer as relações sociotécnicas em rede dentro do território.

O estudo nos dá base para uma reflexão acerca dos novos desafios que estão por vir quanto ao desenvolvimento sustentável. Nos casos analisados, observou-se diferentes estruturas participativas organizacionais e modelos de sustentabilidade. Em alguns territórios é notório que a sociedade civil precisa estar melhor preparada na participação e controle social. Quanto à estrutura de redes, uma boa articulação entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, criam um processo sinérgico que fortalece o desenvolvimento endógeno. Nesta situação também observamos diferentes situações nos casos analisados. Quanto ao critério de sustentabilidade consequente dos critérios acima citados, observa-se uma forte conscientização nas ações ambientais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Territórios da Cidadania. Ministério do Desenvolvimento Agrário.** 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf> Acessado em: 27 de agosto de 2017.
- BRITTO, J. **Cooperação interindustrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2002.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é.** 5. Ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, L. **Sete pecados da capital.** Organização: Sader. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BORDENAVE, J.E.D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma.** Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO; SAUSEN; VILLELA. **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial** / Organização Fernando Guilherme Tenório. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

CASTELLS, M. (2007). **Communication, Power and Counter-Power in the Network Society**. International Journal of Communication, 1, 238-266.

DE FÁTIMA, C; PASA, C. R in **GESTÃO SOCIAL: Aspectos Teóricos e Aplicações**. Organizadores Airton C. Cançado, A.C.; SIVA, J. T.; TENÓRIO, F. G.; Ijuí. Ed. Unijuí, 2012.

DOWBOR, L. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. 2. ed. atualizada. Petrópolis: Vozes, 2013.

FAUCHEUX S. ET J-F. NOËL, *Économie des ressources naturelles et de l'environnement*, Collection U Armand Colin, Paris, 1995.

FISCHER, T. **Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional**. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). *Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública*. Florianópolis: UDESC, 2011.

FRANCISCO, D. N. **Controle Social e Políticas de Desenvolvimento: um olhar sobre o município de Itaguaí (RJ) e a sua territorialidade face aos megaempreendimentos**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ) 2016.

FRANCISCO, D. N. VILLELA, L. E. **Controle Social Local Face às Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí**. Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial. v. 1, n.1, jan/jul, 2017.

GALLOPÍN; GILBERTO C. *Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico*, 2003.

HORBACH, J. **Indicator systems for sustainable innovation**. Physica-Verlag, 1ª Ed., 2005.

KUHLMAN, T; FARRINGTON, J. **What is Sustainability?**, www.mdpi.com/journal/sustainability, 2010.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, E. J. **Rede de pesquisas em sistemas produtivos e inovativos locais**. In: **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LPDT. Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial. **Composição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande**. UFRRJ, Seropédica. 2017.

MALMEGRIN, M. L. **Gestão de redes de cooperação na esfera pública**. UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SARTORIUS, C. **Indicators for a Sustainable Technology Development — A Dynamic Perspective**, 2005.

SCHERER-WARREN. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. , Soc. estado. 21 (1), Abril, 2006.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TENÓRIO, F. G. et al. **Gestão Social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

VILLELA, L. E.; VIDAL, M. O; GUEDES, C. A. M; JUNIOR, R. I. **Diferentes modelos de crescimento em Itaguaí-Rj, Brasil, e província de Imbabura, Equador**. Desenvolvimento em Questão, v. 46, p. 72-98, 2018.

YIN, R. K. **Planejamento e método**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUMELU, E. L.; HANDSCHUH, A. S. **Participación, control social, transparencia y asociatividad en una acción de gobierno en Chile**; el caso del Fic Apícola. Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial. v.2, n.2, jul/dez, 2017.

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br


TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:

Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas


Atena
Editora
Ano 2022